

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.188 - MG (2019/0302044-0)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : PERSEU LOPES LUGON E OUTRO
**ADVOGADOS : PERSEU LOPES LUGON - ES027310
PATRICIA RIBEIRO ALVES - MG185783**
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SIMONE DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : CAROLAINÉ DA SILVA RAMOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar formulado em **habeas corpus** impetrado em favor de SIMONE DA SILVA e CAROLAINÉ DA SILVA RAMOS, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que as pacientes foram presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes capitulados no art. 33, art. 35, e art. 40, VI, todos da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, impetrou a defesa **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, sendo a ordem denegada.

No presente **writ** o impetrante sustenta que não há fundamentação concreta na decisão que decretou a prisão preventiva das pacientes.

Requer a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, do exame da r. decisão que decretou a prisão preventiva das pacientes, tem-se que tal **decisum** estaria suficientemente

Superior Tribunal de Justiça

fundamentado na necessidade de acautelamento da ordem pública, notadamente se considerada a periculosidade concreta dos agentes que integrariam organização criminosa voltada para o tráfico de drogas.

Como cediço, "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95024/SP, **Primeira Turma**, Rel^a. Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 20/2/2009, grifei), como na hipótese.

Indefiro, pois, o pedido liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau.

Abra-se vista ao d. Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator